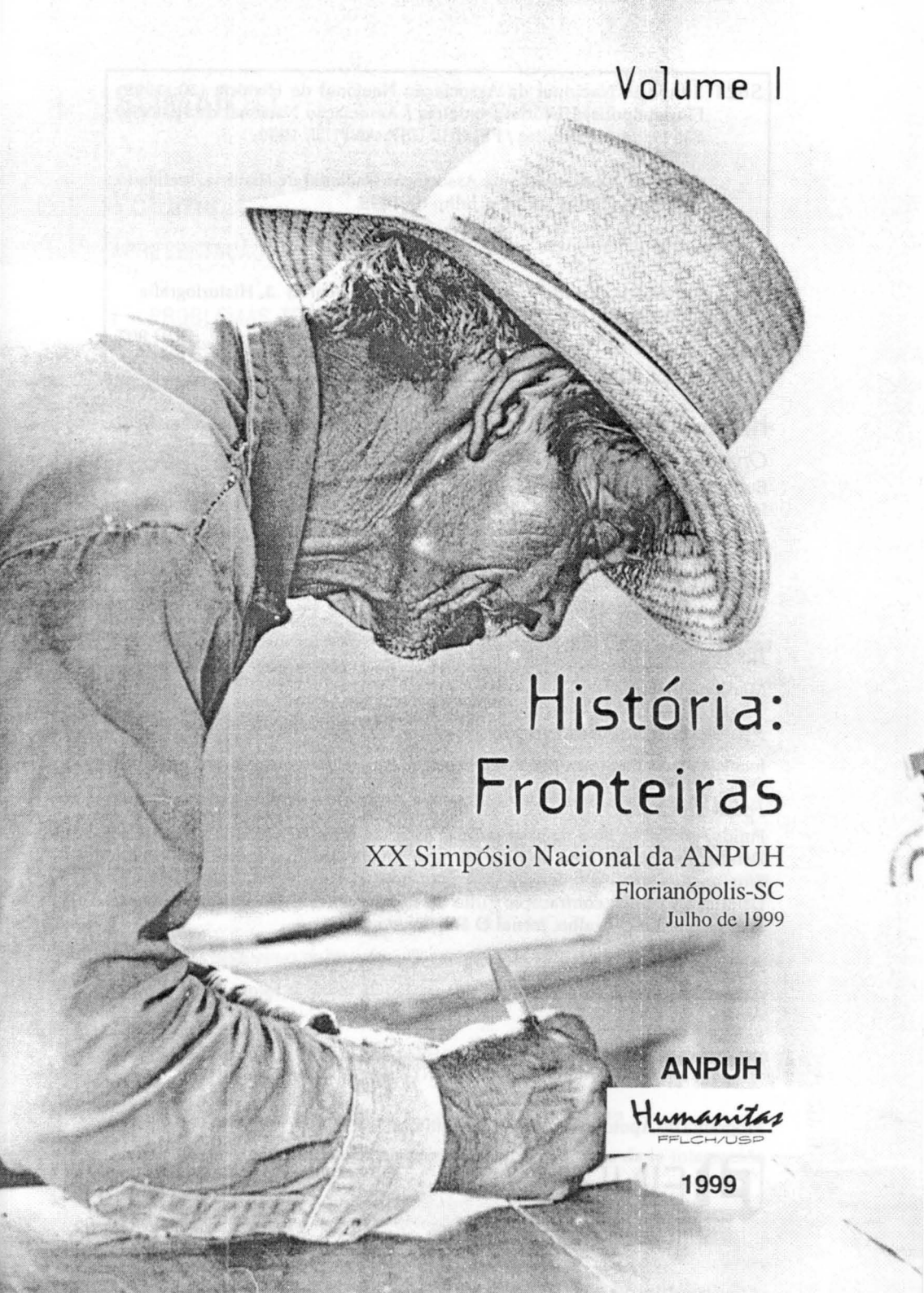


historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

A REPÚBLICA DOS AFOGADOS: A VOLTA DOS LIBERAIS APÓS A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Marcus J. M. de Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco

O impacto da derrota da Confederação do Equador (1824) reverberou pela política pernambucana durante o resto da década de 1820. Começando com Lima e Silva, que comandou a repressão ao movimento, uma série de áulicos da Coroa se sucederiam na presidência da província, garantindo as rédeas do comando local. Em setembro de 1828, era nomeado para aquele cargo o juiz que fora auditor militar do rigoroso inquérito contra os rebeldes de 1824. A mensagem da Coroa não poderia ser mais clara, pois no ano seguinte, 1829, haveria eleições gerais para juízes de paz, vereadores, membros do Conselho de Governo e deputados à Assembléia Imperial. Este trabalho investiga aquelas eleições, buscando compreender o comportamento político do eleitorado durante um processo de reforma institucional complexo, que acarretaria uma redefinição das alianças políticas entre os potentados locais e os representantes da Coroa na Província. Contribui ainda para a historiografia a respeito da crise política do primeiro reinado, que se agravaria a partir da eleição de uma nova Câmara, e que iria ter um ativo papel na queda de Pedro I.

Durante o governo militar de Lima e Silva realizaram-se as primeiras eleições para o Senado imperial. Anos depois, um articulista diria que “ferro, fogo e o cadafalso” conduziram os eleitores¹. O Senado então formado seria um dos esteios do centralismo monárquico no primeiro reinado. O fracasso da intervenção no Prata, todavia, apressaria a necessidade de uma ampliação das bases do poder imperial que precisava enfrentar os altos custos da aventura. Custos que, somados aos danosos tratados com In-

glaterra e Portugal, à crise monetária e ao declínio das exportações, deixaram o país falido. A oposição na Câmara, quase calada quando da sua convocação em 1826, tornou-se cada vez mais atrevida. Foi nesse clima político que ocorreram as eleições de 1829/1830².

Deflagrado o processo eleitoral, o discurso das facções em Pernambuco oscilava entre dois extremos: à direita, os absolutistas da Coluna do Trono e do Altar; à esquerda, os exaltados. A Coluna já existia desde o começo da década pelo menos, como uma derivação natural do "Apostolado", que segundo Frei Caneça já atuava em 1823 contra os federalistas locais³. Clemente Pereira contou que, em 1827, foi-lhe negado um pedido de licença⁴. Combatidos pela maioria parlamentar, os absolutistas perderiam espaço no governo a partir de novembro de 1827, quando Pedro nomeou um gabinete com três membros da Câmara. À medida em que a oposição pressionava por reformas constitucionais, a defesa da carta outorgada em 1823 passava a ser o mote da própria Coroa, que também receava a inquietação nos quartéis onde a Coluna e os exaltados tinham feito muitos adeptos. Pedro terminaria por contestar os absolutistas no final de 1828. Toda a sua trajetória política demonstra que, no fundo, queria ser o mandatário único da nação. Mas a disputa com a Câmara, num contexto de crise econômica, obrigá-lo-ia a ceder para não ver se esvair de vez as bases de sustentação da monarquia. A eclosão da Revolta de Pinto Madeira no sertão entre o Ceará e Pernambuco, em novembro de 1829, selaria o destino da Coluna, cuja ilegalidade foi decretada pela Coroa em dezembro daquele ano⁵.

Em Pernambuco, o ideário absolutista era veiculado n'*O Amigo do Povo* e n'*O Cruzeiro*, dos quais restaram poucos exemplares nos arquivos, onde não faltam periódicos escritos por seus adversários, uma assimetria de fontes que dificulta um estudo mais apurado do debate travado. Ambos os jornais eram editados por padres, que durante o processo de Independência ficaram do lado da chamada "causa do Rio de Janeiro". Um deles chegaria a ser nomeado pregador da capela imperial por Pedro I, e deixaria o país junto com o imperador renunciante em 1831⁶.

Ambos atacavam idéia de república, que não poderia vingar num país escravista. Defendiam as prerrogativas da Coroa de nomear, demitir ministros e fechar o parlamento quando este ameaçasse o poder moderador. Defendiam ainda a alta magistratura, cujos membros eram acusados de venais e arbitrários pela imprensa liberal. Apoiavam a manutenção do catolicismo como religião oficial e o celibato⁷. De acordo com seus adversários e com o Comandante das Armas da Província, os quadros da Coluna incluíam padres, desembargadores do Tribunal da Relação, funcionários da alta hierarquia burocrática, militares (principalmente os de nacionalidade portuguesa), traficantes de escravos e muitos proprietários rurais que se opuseram à Confederação do Equador⁸. Os desdobramentos posteriores da política pernambucana confirmariam que essas suspeitas não eram infundadas. Numa província que passara por duas rebeliões contra o centralismo do Rio de Janeiro em tão pouco tempo, a defesa do *status quo* também terminou por assumir conotação radical e organizada.

Do outro lado do espectro político estava a Jardineira. Original das lojas maçônicas, foi objeto de preocupação de José Bonifácio que, temendo que Pernambuco não aderisse à chamada “causa do Rio de Janeiro”, enviou espões para aquela província. Uma das “instruções secretíssimas” de um deles era investigar a Jardineira⁹. Não era sem razão, a sociedade secreta apoiou a Confederação do Equador, ou pelo menos é isso que se pode deduzir do entusiasmo de Frei Caneca com ela, que cuidava do Brasil como “jardim” do liberalismo constitucional¹⁰. Há indícios de que continuou a funcionar depois de 1824, mantendo contato com os fugitivos no exterior, como o poeta Natividade Saldanha e José Inácio de Abreu e Lima, que foram se juntar a Bolívar e de lá tentaram articular a oposição ao império, segundo informação da legação brasileira em Londres¹¹. Em 1827, reunia-se regularmente em Olinda, Recife, e na vila de Goiana onde havia liberais que chegaram a cortar o cabelo “à francesa”¹². Em 1829, um grupo de ativistas, entre os quais o liberal radical Borges da Fonseca, reestruturou a sociedade, que daí em diante viria a ser mais conhecida pelo nome de Carpinteiros de São José¹³.

Sem necessariamente subordinar um processo ao outro, existe uma série de correlações entre o agravamento da crise parlamentar na Corte e o reinício da agitação liberal em Pernambuco. Em 1827 circulou no Recife uma proclamação acusando Pedro de ser o “único déspota” das Américas e solidarizando-se com os “patriotas” da Banda Oriental. Esta linguagem confirma as suspeitas de que a oposição local não estava alheia ao que acontecia no resto das Américas, mesmo que suas conexões com Bolívar tenham se limitado à presença de alguns poucos fugitivos de 1824 na Venezuela. Entre os assinantes estava um filho do Padre Roma, um dos mártires de 1817¹⁴. João Roma era militar e teria buscado o apoio de um batalhão de alemães no Recife¹⁵. De acordo com as autoridades, corriam notícias de que o próprio Presidente da malfadada Confederação do Equador, voltara dos Estados Unidos, onde se refugiara. Perseguidos pelas autoridades, e sem conseguir o apoio desejado, os assinantes da tal proclamação terminaram fugindo para o interior onde foram acoitados por senhores de engenho aliados ou parentes. Seis militares e sete paisanos foram presos¹⁶.

488

No começo de 1828, novos rumores de que as sociedades secretas tramavam um levante envolvendo também Alagoas e Paraíba. E mais uma vez, boatos da volta do ex-presidente da Confederação. Alguns suspeitos foram detidos, mas ninguém foi indiciado por conspiração. Em abril foi preso um tenente da marinha acusado de convidar um outro militar para participar do seu “clube”. Nesse clima, correu no Recife o boato de que se preparava uma “grande rusga” na Páscoa, visando mudar a forma de governo. Nada ocorreu, mas diante da chegada de notícias de uma rebelião escrava na Bahia, as autoridades queriam saber mais sobre a atuação das sociedades secretas na província¹⁷.

Claro que sempre se temia a possibilidade de insurreições escravas. Por vezes, as autoridades até exageravam o perigo para poderem prender e torturar qualquer um, quando parecesse conveniente punir, não para castigar por delito cometido mas como medida preventiva¹⁸. Em fevereiro de 1828, entretanto, era a própria população livre e liberta “de cor” do interior que se amotinou, temendo ser escravizada. Nos termos de Ipojuca, Escada e

Água Preta, zona de grandes engenhos de cana, multidões de homens armados invadiram igrejas e prédios públicos querendo ver a proclamação que escravizava “pardos e pretos forros”. Este episódio antecipou um outro bem maior envolvendo várias províncias brasileira em 1852, quando se estabeleceu o registro civil, e o povo entendeu que a “gente de cor” iria substituir os escravos, uma vez que o tráfico havia sido abolido. Em 1828, portanto, os negros, pardos livres e libertos estavam já interpretando à sua maneira o censo que estava sendo feito na província, buscando registrar os votantes num momento em que se acreditava que o tráfico iria acabar rapidamente, afinal, era o que rezava o acordo com a Inglaterra de 1826 para a extinção do comércio negreiro em 03 anos. Para os moradores do interior, espremidos entre os engenhos e o nada, só havia o que temer ao se ver identificado e registrado num papel. Ainda mais quando o recrutamento continuava sendo empregado como instrumento de coerção, mesmo tendo acabado a guerra. Certamente já informada dos episódios de fevereiro de 1828, em 1829 a Coroa proibiria explicitamente o recrutamento na província¹⁹. As autoridades culpavam os remanescentes de 1824 pelo boato da “escravização da gente de cor”. Vinte e duas pessoas foram denunciadas, acusadas de fomentar a confusão. Quatro indivíduos foram efetivamente presos, mas as lideranças das invasões às igrejas e cartórios do interior jamais foram identificadas²⁰.

Na imprensa, acirravam-se os ataques à honestidade dos membros do governo e do tribunal da Relação e à presença de portugueses na alta burocracia e nas forças armadas. A proliferação de panfletos pela cidade serviu então de pretexto para abertura de uma “devassa dos pasquins”, da qual resultou o indiciamento de pelo menos seis homens por ataques contra o presidente e o comandante das armas. Entre eles, o fundador do *Diário de Pernambuco*, que passaria quatorze meses na cadeia, e Rodolfo João Barata de Almeida, que do tio Cipriano herdou o sobrenome, e a inspiração do apelido de “Baratinha”. Dois candidatos também foram indiciados: Antônio Elias de Moraes passaria seis meses na cadeia. Antônio Joaquim de Mello, treze²¹.

A panfletagem estava claramente ligada a um episódio que ficou conhecido como “república de Afogados”. Na retórica das fontes legadas pelos órgãos repressivos, o que aconteceu em fevereiro de 1829, foi uma autêntica tentativa de rebelião. Descontando os exageros da linguagem oficial, o que se sabe ao certo é que durante as eleições de 1829, um grupo de milicianos e alguns militares reuniram-se no bairro de Afogados²², mais uma vez liderados por um dos irmãos Roma. Segundo as autoridades, esses indivíduos eram remanescentes de 1824 que aproveitavam as eleições para voltarem à cena política, perturbar a ordem e, conseqüentemente, as eleições²³.

Os rebeldes, se muito, conseguiram mobilizar umas cem pessoas. Mas de acordo com a repressão, circularam panfletos pelo província conclamando a adesão à “revolução” e enviaram cartas a vários senhores de engenho pedido ajuda para a “causa da liberdade”²⁴. Perseguidos, fugiram para Vitória de Santo Antão, onde tomaram a cadeia, soltaram os presos, e teriam fundado um “governo provisório” sob a liderança de Roma, dois senhores de engenho e do “negro Luiz de Barros”²⁵. Mas a Câmara da vila recusou recebê-los em reunião, e a milícia local, sob o comando do Capitão-Mor Torres Galindo, prometia resistir. Retiraram-se então para o termo do Brejo da Madre Deus mais para dentro do sertão²⁶. Desde 1826, havia rumores de que ali, longe da capital, vários ex-rebeldes de 1824 viviam acoitados por proprietários rurais, entre os quais o Coronel Barros Falcão, comandante das armas da Confederação do Equador. Antes de aderir a 1824, Falcão comandou a tropa de nordestinos que saíram de Pernambuco para lutar pela independência da Bahia. Reconhecido como um dos heróis naquela guerra, gozava de grande prestígio entre a tropa. No final do ano, as autoridades ainda procuravam aqueles homens, sendo que, de acordo com o Ministro da Guerra em 1830, Pedro I tinha interesse pessoal no caso do Coronel Barros Falcão²⁷.

Apesar de terem aliados no Brejo, os rebeldes se depararam com a oposição do Capitão-Mór do termo. Quando 300 homens saíram do Recife em sua perseguição, a sorte estava selada. Dispersaram-se, abandonando 34 granadeiras e 1963 cartuchos. Dizem as fontes que alguns voltaram para o Recife, onde residiam.

Outros foram para a Paraíba, Alagoas, e houve gente que atravessou o São Francisco entrando no sertão da Bahia. Apesar do rápido desfecho, Pedro I decretou a suspensão dos direitos constitucionais na província e estabeleceu uma comissão militar para apurar o caso. Quatorze pessoas foram presas no episódio, mas os líderes escaparam, exceção feita ao “negro” Luiz de Barros, que morreu sem as fontes dizerem como. Entre os 06 detidos do Recife, um era cativo do negociante de escravos Bento José da Costa e os outros, moradores do bairro de Afogados²⁸.

De acordo com as autoridades, os rebeldes tencionavam derrubar o Presidente da Província e o Comandante das Armas. Verdadeira ou não, esta versão justificava o toque de recolher imposto na cidade e a prisão dos implicados, alguns dos quais haviam sido eleitos e estavam assim impedidos de assumir seus mandatos. O estabelecimento de uma comissão militar chocou a oposição parlamentar na Assembléia Imperial virando assunto da *Aurora Fluminense*, onde se argumentava que os acontecimentos de Pernambuco eram fruto das arbitrariedades do comandante das armas, e uma reação à nomeação para Presidente de um homem diretamente envolvido no julgamento dos rebeldes de 1824. Quaisquer que tenham sido as reais intenções dos manifestantes de fevereiro de 1829, o fato da “república de Afogados” ter ocorrido durante as eleições, indica que seu objetivo principal era influenciar, ou quem sabe mesmo proteger, os eleitores dos exaltados. Não era a primeira, nem seria a última vez que se utilizaria gente armada para estes fins.

No interior, as eleições para juízes de paz seriam particularmente acaloradas. A maioria dos grandes proprietários rurais pernambucanos apoiou a Monarquia em 1824. Mas a vitória teve um preço. Como mandatário supremo da Coroa na província, Lima e Silva nomeou oficiais de primeira linha para comandar os destacamentos que policiavam o interior. Isto era uma drástica diminuição das atribuições dos Capitães-Mores, que não aceitavam essa intromissão no seu poder de polícia. A insatisfação fica clara na correspondência dos comandantes de destacamento com o comandante das armas, desde 1826. Houve vários atritos. Mortes até. A gota d’água no final de 1826, quando um des-

tacamento recrutou um apadrinhado de um senhor de engenho de sobrenome Uchôa Cavalcanti, alta aristocracia local portanto. O primeiro Vice-Presidente da Província, também um Cavalcanti e futuro Visconde, interveio, confrontando o comandante das armas. Embora aliados de Pedro I em Pernambuco, e os grandes beneficiários da derrota da Confederação do Equador, no que se refere à justiça local, os Cavalcanti comportavam-se como membros da aristocracia rural. Como tais, não toleravam a interferência do Estado nas localidades, onde o latifúndio deveria reinar absoluto. Houve uma troca de correspondência em linguagem ácida entre o comandante das armas e o Vice-Presidente da província, que chegou a dizer que antes de Luís do Rego (o governador que assumiu depois da derrota de 1817, ficando até a Independência) todo o serviço de polícia estava nas mãos dos Capitães-Mores, além de ser muito mais eficiente²⁹.

492

A criação da justiça de paz esvaziava mais ainda as atribuições dos Capitães-Mores. Nunca é pouco lembrar que as forças de segunda e terceira linha não serviam apenas para defender as conquistas do rei contra o estrangeiro, pois concentravam nas mãos dos proprietários rurais instrumentos de controle sobre a população livre pobre e escravos. Poder de prender, soltar, recrutar - matar impunemente. Um adversário do Capitão-Mor de Sirinhaém disse que quando se queria mandar menino parar de chorar, era só dizer: "Aí vem o Capitão-Mor Álvaro"³⁰. Em 1829, havia 79.347 praças listados na província de Pernambuco³¹. Eram, portanto, dezenas de milhares de homens que poderiam ser chamados a servir a qualquer momento.

Nos lugares em que um proprietário rural reinava absoluto, nada mudaria, pois ele mesmo seria o postulante ao cargo de juiz de paz. Assim, no Cabo onde estavam alguns dos mais antigos engenhos da província, Francisco Paes Barreto - Marquês do Recife depois de liderar localmente a oposição à Confederação do Equador - foi o candidato eleito a juiz de paz³². Em Goiana, ao norte, um coronel de ordenanças do clã Cavalcanti também assumiu aquele posto³³.

Mas onde quer que houvesse proprietários rurais com poderes equivalentes, haveria disputa. Um desses casos ocorreu justamente em Vitória. O maior derrotado das eleições locais foi o Capitão-Mor Torres Galindo, que tanto se esmerara na repressão à “República de Afogados”. Segundo a imprensa local, ele era claramente ligado aos “colunas” do Recife. Mas não foi eleito juiz de paz, colhendo 144 votos contra 264 do seu oponente³⁴; nem para a Câmara da vila, recebendo apenas 79 votos contra 545 de outro candidato³⁵. Apesar da derrota, um ano depois continuava usando seu extinto cargo de Capitão-Mor para prender gente e comandar cavaleiros em Vitória, sob os protestos do juiz de paz eleito³⁶.

Houve resultados controvertidos em vários termos, sacramentando a ascensão de alguns proprietários e o declínio de outros. Não faltou também violência de parte a parte. Por essa razão, em Sirinhaém, onde reinava o tal capitão, terror dos meninos, a eleição foi adiada para maio³⁷. Provavelmente foi o acirramento da disputa que levou alguns militares de carreira a concorrerem para juizes de paz, inclusive no Recife³⁸. Suas bases eleitorais eram as próprias elites locais. Abria-se uma nova e promissora carreira no aparato estatal para ex-militares, numa época em que o exército que combatera no sul começava a ser desmobilizado. Nas freguesias, onde os laços do clientelismo estavam mais frouxos, ou disputados por partes de forças equivalentes, a patente conferida pelo Estado nacional pesava na balança da legitimidade, evitando conflitos de maior envergadura. O precedente aberto por Lima e Silva adaptava-se às circunstâncias.

No Recife, a disputa foi bastante concorrida. Era mais difícil um rígido controle sobre a clientela urbana, do que resultou haverem muitos candidatos com poucos ou mesmo apenas um voto nas eleições para juiz de paz³⁹. Em Afogados, por exemplo, o ganhador teve 30 votos num universo de 166 votos válidos⁴⁰.

Os resultados das eleições no meio urbano também confirmam o prestígio de alguns dos ex-rebeldes de 1824. Dois deles, Antônio Joaquim de Mello e Antônio Elias de Moraes foram eleitos mesmo estando presos por panfletagem. Mello foi o segundo candidato mais votado, com 768 votos. Moraes, o quinto, com 593.

Pelo menos um simpatizante da Coluna foi também eleito para a Câmara do Recife, em primeiro lugar, com 1007 votos, e para o Conselho de Governo em segundo, com 266. José Ramos de Oliveira confirmava politicamente seu poder econômico como traficante de escravos⁴¹. Todavia, nenhum outro membro da Coluna se saiu bem na eleição.

Tendo a maioria dos votos, a aliança liderada pelos irmãos Cavalcanti elegeu aproximadamente metade dos seus candidatos para a Câmara. O principal representante direto da Coroa em Pernambuco, Pedro de Araújo Lima, todavia, foi o grande vitorioso, obtendo 474 votos. Holanda Cavalcanti, por sua vez, teve 270 votos, Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, 256, e Sebastião do Rego Barros, 218.

A outra metade dos eleitos fazia oposição aos Cavalcanti em Pernambuco, e ao autoritarismo da Corte. Ernesto Ferreira França (rebelde em 1817) obteve 294 votos, Francisco Carvalho Paes de Andrade (irmão do líder da Confederação do Equador), 246 votos, Gervásio Pires (rebelde em 1817 e simpatizante da Confederação do Equador), 229 votos e Padre Venâncio Henrique de Rezende (um rebelde em 1817 e 1824), 184 votos⁴². Embora Paes de Andrade não tivesse tomado assento até a queda de Pedro, os eleitores demonstraram que o federalismo ainda tinha raízes na província.

Apurados os votos, as facções políticas não se reconciliaram. A oposição ao presidente da província fortalecera-se. Tinha agora um aliado no próprio Conselho de Governo, Manoel Zeferino dos Santos, que acusava o Presidente de uma série de manobras ilegais para ganhar as eleições no interior⁴³. Aumentaram na imprensa as acusações contra a corrupção do Tribunal da Relação, o monopólio político dos Cavalcanti, e a atuação da Coluna⁴⁴. Continuaram também os conflitos entre o comandante das armas e a justiça senhorial, que comandava os corpos de jurados, sempre propensos a livrar da prisão os apaniguados dos grandes potentados rurais⁴⁵. Os Capitães-Mores preteridos nas eleições continuavam resistindo às autoridades recém-eleitas. Rusgas e assassinatos de cunho político se repetiam⁴⁶.

Como no resto do país, o exército estava dividido. O comandante das armas escreveu várias vezes ao Ministro da Guerra

sobre a influência da Coluna sobre a tropa: teve muito trabalho tentando convencer militares a deixarem seus quadros⁴⁷. Apesar da aparente neutralidade do comandante, que chegou a investigar oficiais ligados à Coluna, os militares brasileiros também se sentiam injustiçados e preteridos em suas demandas. Em 1830, um oficial publicou uma carta na imprensa lamentando ter sido preso injustamente e se queixando das vantagens que tinham os oficiais portugueses em termos de avanço profissional. Reforçando seus argumentos, lembrou que a condecoração para os que combateram 1824 fora concedida antes daquela para os que lutaram pela independência na Bahia⁴⁸. Esta última observação era particularmente incômoda, pois o maior herói pernambucano da guerra de Independência, o Coronel Barros Falcão, ainda se encontrava foragido por sua adesão à Confederação do Equador.

Em 1830, Pernambuco recebia um Presidente menos ligado às questões locais do que o ex-auditor militar de 1824. O desembargador Vasconcelos foi bem-vindo pela imprensa local. Mas para os federalistas, a situação piorou nos quartéis, ao ser nomeado para o comando das armas um oficial que participara ativamente da repressão a 1824. Assim que assumiu, o novo comandante verificou que havia pelo menos 131 oficiais promovidos irregularmente na província⁴⁹. Admitiu ainda que havia oficiais absolutistas, liberais constitucionalistas e até republicanos. Essas divisões impossibilitavam a manutenção da ordem, resultando na fuga tanto dos rebeldes de Afogados quanto de falsificadores da moeda de cobre. Considerava que a imprensa fomentara a insubordinação dos oficiais liberais, pelo quê decidiu remover 07 deles de seus postos⁵⁰. Um dos detidos escreveu na imprensa que, ao voltar da Guerra Cisplatina, encontrou as tropas divididas entre “colunas” e “farroupilhas”. Sem razões aparentes, foi então preso por seu superior⁵¹.

A notícia da Revolução de julho de 1830 na França atçou mais ainda a imprensa liberal. No Recife, o povo ganhou as ruas para celebrar. O cônsul francês atreveu-se a hastear a *tricolore*, uma indelicadeza diplomática, para dizer o mínimo⁵². A violência política não estancava. Em janeiro de 1831, foi assassinado no Recife o presidente do Rio Grande do Norte⁵³. Nos quartéis,

as tropas estavam beirando a insubordinação. Nos últimos meses do primeiro reinado, subia um novo gabinete com Holanda Cavalcanti no ministério. Abria-se uma vaga na âmara para um pernambucano. O mais votado seria o irmão do presidente da Confederação do Equador⁵⁴.

Dizem que as famílias que se sentiam ameaçadas começaram a voltar para o interior, onde poderiam se proteger das incertezas do momento. Na metade de abril de 1831, uma série de rumores começava a chegar da corte⁵⁵. Pedro I deixara o trono do Brasil.

Nas localidades, a principal novidade das eleições de 1829 foi a criação da Justiça de Paz. Pouco depois, surgiria ainda a Guarda Nacional, substituindo o Corpo de Ordenanças e a Polícia Civil durante o período regencial. Na prática, o que acontecia era a montagem de uma série de hierarquias paralelas, justapostas, com atribuições legais que se entrecruzavam. Essas hierarquias assimilavam as lideranças locais ao Estado Imperial. Era por meio daqueles cargos que o Estado se faria nominalmente presente nas localidades. A aparente rigidez da lei, que tanto afastava o centro da periferia, terminava sofrendo adaptações através dos conflitos de jurisdição, que bem ou mal se resolveriam localmente. O sistema tornava-se assim mais fluido, hegemônico. Mas se os conflitos de jurisdição funcionavam como meio de regulação do sistema, residia aí também um paradoxo inescapável: era impossível acomodar todas as facções locais no leque de cargos disponíveis. O caso de Pernambuco evidencia que a nova situação institucional, gerada pela criação dessas novas instâncias de poder com prerrogativas semelhantes, já era fonte de inúmeros atritos antes da queda de Pedro I. Esses atritos iriam amadurecer no período regencial, com a efetivação da guarda nacional e com a criação da polícia civil e das guardas municipais. Mais uma vez, então, pipocariam uma série de motins militares no Recife e no interior. Levantes difíceis de controlar, pois agora sim, estavam de volta às claras todos os liberais que sobreviveram a 1824. E dispostos à revanche.

NOTAS

¹O *Topinombá*. Recife, 07/09/1832.

²TAUNAY, Affonso E. *O Senado no Império*. São Paulo, Martins Fontes, 1941, p. 67. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1979, vol. 01, pp. 294-295. BARMAN, Roderick. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford, Stanford University Press, 1988, cap. 05, *passim*

³*Luz Brasileira*. Recife, 15/09/1829, 18/09/1829, 22/09/1829. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14/05/1829, 23/01/1830, 25/01/1830, 04/02/1830, 02/11/1830. CANECA, Frei. "Sobre as Sociedades Secretas de Pernambuco". Apud MELLO, Antônio Joaquim de (ed.). *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife, 1875; (reedição: Recife, Assembléia Legislativa, 1972, tomo II, pp. 392-396). Segundo Borges da Fonseca, foi o próprio Pedro I que fundou a Coluna em 1822. ALMEIDA, Mário M. de. *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa, União, 1994, p. 33.

⁴Apud CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, vol. 05, p. 1611.

⁵*Luz Brasileira*. Recife, 15/09/1829, 18/09/1829 e 22/09/1829. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18/01/1830, 22/01/1830, 23/01/1830, 25/01/1830 e 04/02/1830.

⁶COSTA, F.ª Pereira da Costa. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife, 1882; (reed: FCCR, 1982, pp. 315-322 e 587-589). LUNA, Lino M. C. *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano*. Recife, 1857; (reed: Secretaria de Educação e Cultura, 1976, pp. 80-81 e 98-99).

⁷*O Cruzeiro*. Recife, nº 167, dez. 1829, 12/10/1830, 10/01/1831 e 21/03/1831. *O Amigo do Povo*. Recife, 20/06/1829.

⁸Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ): IG1 64, 20/11/1829, 19/09/1829, 05/10/1829, 08/10/1829, 20/11/1829. PINTO, H. J. (compilador). *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1878, sessão de 22/06/1829. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06/06/1829, 19/10/1829, 16/11/1829, 21/11/1829, 26/11/1829 e 03/12/1829.

⁹"Carta de 18/04/1823". In *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1924, vol. 26, pp. 351-354.

¹⁰CANECA, Frei. "Sobre as Sociedades Secretas". *op. cit.*, pp. 389-391.

¹¹COSTA, Pereira da. *op. cit.*, Calmon. *op. cit.*, vol. 05, p. 1586.

¹²*Diário de Pernambuco*. Recife, 03/03/1827.

¹³ALMEIDA. *op. cit.*, pp. 33-34. RICCI, Maria L. S. R. *A Atuação Política de um Publicista: Antonio Borges da Fonseca*. Campinas, PUC, 1995, p. 113.

¹⁴A atuação política de filhos de padres, como Abreu e Lima e Roma, talvez explique uma boa parte da defesa acirrada do celibato clerical nas folhas absolutistas dessa época.

¹⁵Após a Guerra Cisplatina, houve levantes envolvendo batalhões estrangeiros insatisfeitos com o atraso dos soldos, as más condições de alojamento, o descumprimento de promessas de recompensas após o término do serviço militar. Veja-se: SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como Corpo Autônomo, 1780-1831*. São Paulo, UNESP, 1998, pp. 331-334.

¹⁶Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Sessão de Manuscritos (BNRJ) II-32, 34, 37. ANRJ: IG1 64, 09/04/1829; IJ1 820, 21/08/1827, 13/09/1827, 22/09/1827 e 04/01/1828. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11/04/1827 e 11/12/1827.

¹⁷ANRJ: IJ1 694, 03/03/1828; IJ1 820, 17/04/1828, 18/04/1828 e 09/05/1828. *Diário de Pernambuco*, 04/01/1828.

¹⁸No século XIX, o tráfico para Pernambuco atingiu seu apogeu na década de 1810. As guerras civis de 1817 e 1824 e os motins que intercalaram a luta pela independência dividiram a classe dominante, facilitando as fugas de escravos, a formação de quilombos e inúmeros outros atos de rebeldia no Recife e no interior da província. Veja-se: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravidão Urbano, Recife, 1822-1850*. Recife, Editora da UFPE, 1998.

¹⁹"Aviso Imperial de 16/01/1829 e Circular de 07/03/1829". In *Diário de Pernambuco*. Recife, 03/11/1829. Na tentativa de *impeachment* do Ministro da Guerra, uma das razões alegadas pela acusação foi justamente a continuação do recrutamento, mesmo sendo desnecessário. *Anais do Parlamento Brasileiro*, sessão de 24/04/1829.

²⁰ANRJ, IJ 1 820 18/04/1828, 24/02/1828 e 08/03/1828. *Diário de Pernambuco*. Recife, de 18/04/1828.

²¹Arquivo Público Estadual, Recife (APE): Atas do Conselho de Governo (Atas) vol. 02, 01/08/1829. BNRJ, II-32, 34, 42, 30/03/1829; II-32, 34, 24. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Estante A, gaveta 12, "Devasa Instaurada pelo Crime de Distribuição de Pasquins Sediciosos, 1829". In *Diário de Pernambuco*. Recife, 25-26/02/1829 e 27/07/1829.

²²Na saída da ilha de Santo Antônio para a zona da Mata, Afogados era local de moradia de negros de ganho e gente despossuída em geral. Em 1831, a renda dos seus habitantes era tão baixa que não havia sequer eleitores por lá, dificultando assim a formação da guarda nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06/12/1831.

²³APE, Assuntos Militares (AM), vol. 04, 12/02/1829; Correspondência da Corte (CC) vol. 31, 12/02/1829 e 21/03/1829. ANRJ: IJ1 820, 12/02/1829.

²⁴"Carta de Antônio José Fernandes Nobre". In *Diário de Pernambuco*. Recife, 18/02/1829.

²⁵BNRJ, II-32, 34, 42, 30/03/1829. ANRJ: IG1 64, 05/03/1829. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06/02/1829.

²⁶APE, CC: vol. 31, 12/02/1829, 1/103/2829; AM: vol. 4, 04/02/1829, 12/02/1829. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02/18/1829.

²⁷APE, Informações vol. 01, 23/11/1826 e 26/11/1826; Juizes Ordinários vol. 02, 18/11/182 ANRJ: IG1 64, 10/02/1830 e 08/03/1830.

²⁸APE, CC: vol 31, 12/02/1829, 21/03/1829, 03/04/1829, 06/06/1829; AM: vol. 04, 12/02/1829, 16/02/1829, 18/02/1829, 22/02/1829. ANRJ: IG1 64, 10/02/1829, 14/02/1829 e 21/03/1829.

²⁹APE, AM: vol. 04, 27/05/1826, 28/05/1826 e 12/11/1826. ANRJ: IG 641 18/01/1827, 22/01/27 e 23/01/27.

³⁰*Diário de Pernambuco*. Recife, 16/02/1820.

- ³¹COSTA, Pereira da. *op. cit.*, vol. 09, p. 234.
- ³²Veja-se os docs. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26/03/1829.
- ³³Veja-se os docs. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12/03/1829.
- ³⁴APE, Câmara Municipal vol. 07, 03/02/1829.
- ³⁵APE, Câmara Municipal vol. 07, 07/03/1829.
- ³⁶APE, Atas: vol. 02, 30/03/1830; Juízes Ordinários vol. 02, 20/04/1830.
- ³⁷Veja-se os docs. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17/06/1829.
- ³⁸Veja-se os docs. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12/03/1829 e 23/03/1829.
- ³⁹APE, Câmara Municipal vol. 07, 21/02/1829.
- ⁴⁰APE, Câmara Municipal vol. 07, 01/02/1829.
- ⁴¹APE, Câmara Municipal vol. 07, 26/05/1829. CARVALHO. *op. cit.*, pp. 158-159.
- ⁴²APE, Câmara Municipal vol. 07, 15/02/1829.
- ⁴³APE, Atas: vol. 02, 16/06/1829.
- ⁴⁴*Luz Brasileira*. Recife, 11/09/1829, 18/09/1829 e 22/09/1829. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07/07/1829, 05/10/1829 e 12/10/1829.
- ⁴⁵ANRJ: IG1 64, 26/10/1829.
- ⁴⁶*Diário de Pernambuco*. Recife, 25/01/1830 e 04/02/1830. APE, CC: vol. 32, 27/01/1830.
- ⁴⁷ANRJ: IG1 64, 19/09/1829, 05/10/1829, 08/10/1829, 26/10/1829 e 20/11/1829. APE, CC: vol. 32, 30/11/1829. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1829, suplemento ao número 292.
- ⁴⁸Veja-se a carta no *Diário de Pernambuco*. Recife, 15/09/1830.
- ⁴⁹ANRJ: IG1 64, 18/06/1830 e 26/10/1830. APE, CC: vol. 32, 09/12/1830.
- ⁵⁰ANRJ: IG1 64, 28/07/1830.
- ⁵¹*Diário de Pernambuco*. Recife, 08/10/1830. ANRJ: IG1 64, 23/10/1830.
- ⁵²*Diário de Pernambuco*. Recife, 20/09/1830. ANRJ: IG1 64, 23/10/1830.
- ⁵³APE, CC: vol. 32, 24/01/1831. ANRJ: IG1 94, 01/02/1831.
- ⁵⁴APE, Atas: vol. 02, 12/09/1830; CC: vol. 32, 13/12/1830 e 28/02/1831.
- ⁵⁵ANRJ: IG1 270, 14/04/1831.